

Encadeamentos setoriais e regionais

A construção do modelo sustentável de desenvolvimento econômico adequado para a economia brasileira, ou seja, que combine crescimento econômico e inclusão social, requer o reconhecimento da presença inapropriada da velha disputa entre uma *vocação agrária* e uma *política industrial* (ou entre a vertente liberal-mercadista e a industrial-desenvolvimentista, para relembrar a histórica polêmica protagonizada por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, entre 1944 e 1945, no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico).

Em outras palavras, é preciso compreender que a atual estrutura produtiva brasileira contempla dois padrões (distintos) de crescimento. Um primeiro está associado ao avanço do agronegócio e é encontrado no “interior” do território nacional. Apesar de heterogêneo, uma variante desse modelo tem se mostrado promissora e responsável pelo crescimento de extensas áreas antes caracterizadas pela estagnação/baixo crescimento. O exemplo mais claro é o “estado do Matopiba” (acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Na década de 2010, essa extensão geográfica passou por diversas transformações socioeconômicas ligadas ao surgimento de polos de expansão da fronteira agrícola baseados na adoção de tecnologias agropecuárias de alta produtividade. São claros exemplos também o noroeste do estado do Paraná, o nordeste do estado de Mato Grosso do Sul e outras regiões em Mato Grosso e Goiás, entre outros.

A expansão da fronteira agrícola em diversas áreas do país deve ser entendida como uma mudança estrutural pró-crescimento, pois ela está associada à incorporação de áreas até então negligenciadas ou que historicamente estavam presas a atividades de baixa produtividade, como a pecuária extensiva. Uma outra face desse processo é a incorporação de um crescente número de pessoas nesse processo produtivo e, mais, o estímulo à formação de núcleos urbanos (de pequeno e médio porte) em áreas afastadas (distante das capitais).

O segundo, de caráter tradicional, é encontrado em grandes adensamentos urbanos brasileiros e tem na indústria o motor do crescimento. Esse é o padrão de crescimento seguido por todos os países desenvolvidos.

Incorporando a grande maioria dos trabalhadores, esse último padrão tem encontrado dificuldades de manter o ritmo do crescimento da economia nacional, seja pelo desestímulo trazido pelas políticas macroeconômicas adotadas, seja pela

crescente concorrência dos países que estão na fronteira do progresso tecnológico.

O ponto a ser debatido é a falta de conexão entre esses dois “modelos”. Entende-se como adequada uma estratégia de desenvolvimento que tem na indústria e no setor de serviços modernos o motor do crescimento. Esses setores devem acompanhar a fronteira tecnológica e, sobretudo, ser conectados com o setor primário. Essa conexão é fundamental. A este último cabe o papel de levar o progresso para áreas remotas (ao interior do país), onde o setor industrial tem dificuldades de se estabelecer.

A análise regional não significa impor uma ótica micro em uma perspectiva claramente macroeconômica. Significa, ao contrário, entender que o processo de desenvolvimento é multifacetado, conflituoso e não orgânico. No passado, a tentativa de estabelecer um modelo único em que os encadeamentos setoriais fossem capazes de gradativamente incorporar outros setores e regiões não obteve o sucesso esperado. É necessário contemplar as potencialidades setoriais e regionais. É preciso pensar também o desenvolvimento enquanto desenvolvimento do território.



Arquivo Pessoal

FABRICIO JOSE MISSIO

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Economia pelo Cedeplar/UFMG.